ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça-se
Publique-se
2010/12/10
O Secretário da Mesa
TCCarreira

☐ **REQUERIMENTO** **Número** /XI (.ª)

☒ **PERGUNTA** **Número** 1245/XI (2 .ª)

Assunto: Encerramento da 3ª Repartição de Finanças de Gaia

Destinatário: Ministro de Estado e das Finanças

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República

A 3ª Repartição das Finanças do concelho de Vila Nova de Gaia, localizada em Carvalhos, freguesia de Pedroso, é um serviço que abrange cerca de 100.000 pessoas, residentes em 9 freguesias do nosso concelho.

As 1ª, 2ª e 4ª repartições estão localizadas no centro do concelho, a vários quilómetros de distância da 3ª repartição.

Em Junho do ano passado, foi tornado público que a Direcção Geral dos Impostos (DGI) tinha decidido encerrar a 3ª Repartição das Finanças.

Segundo informações comentadas na época, esta medida estava associada ao processo negocial de abertura da Loja do Cidadão em Vila Nova de Gaia (Arrábida Shopping), cujas obras ainda decorrem, e visava encerrar a 3ª Repartição nos Carvalhos como contrapartida pela abertura de um balcão de atendimento na Loja do Cidadão.

Foi um processo conduzido entre a DGI, a Agência para a Modernização Administrativa e a Câmara Municipal de Gaia.

As reacções cívicas e político-partidárias, inclusive da Câmara Municipal, foram de enorme contestação à medida anunciada pela DGI, pese embora o comprometimento da autarquia

neste processo negocial.

Perante uma forte oposição, a DGI optou por manter a 3ª Repartição de Gaia nos Carvalhos por tempo indeterminado, sendo que ficamos por conhecer qualquer decisão tomada relativamente à Loja do Cidadão.

A manutenção da 3ª Repartição de Gaia nos Carvalhos cumpre o conceito de serviço público de proximidade. É um balcão de atendimento estrategicamente localizado, que serve cidadãos e empresas domiciliados a muitos quilómetros de distância do centro urbano.

Recentemente, ficamos a saber que a DGI vai encerrar rápida e definitivamente a 3ª Repartição, o que obrigará os utentes a recorrer ao serviço das 1ª, 2ª e 4ª repartições, localizadas no centro urbano do concelho. Não conhecemos as razões desta medida.

Isto significa exigir um esforço acrescido de cerca de 20 quilómetros (ida e volta) a cerca de 100.000 cidadãos e empresas, sem recurso a transporte colectivo e para uma zona de fraco estacionamento. Mais se torna errada esta medida quando se perspectiva a sobrecarga de trabalho que vai recair sobre as três restantes repartições de Gaia, situação que penalizará a qualidade do servido a prestar aos utentes de todo o concelho.

Ficamos ainda a saber que, para além do encerramento da 3ª Repartição de Gaia, a DGI decidiu não abrir um balcão de atendimento na futura Loja do Cidadão. É mais uma decisão que consideramos incompreensível.

Abrir uma Loja do Cidadão no concelho mais populoso do Norte do país sem um balcão das Finanças representa privar os cidadãos e empresas da área sul da área metropolitana do Porto de um serviço nuclear (a par dos balcões de registos e notariado e segurança social).

Face ao exposto, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, venho por este meio solicitar que requeira ao Governo, através do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, que preste os seguintes esclarecimentos:

1 – A decisão da DGI foi precedida de autorização política da tutela?

2 – Quais as razões que levaram a DGI a decidir pelo encerramento da 3ª Repartição de Gaia,

localizada nos Carvalhos?

3 – Confirma-se que a DGI decidiu não abrir um serviço de atendimento na futura Loja do Cidadão de Gaia? Quais as razões?

4 – Está o Governo disponível para encontrar uma solução que mantenha a 3ª Repartição de Gaia na actual área de actuação geográfica?

Palácio de São Bento, 10 de Dezembro de 2010.

Deputado(a)s:

João Paulo Correia

Nuno Aguiar